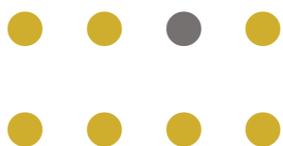




Plano de Ação

**Conhecimento
e Inovação**



Relatório Final

Plano de Ação Conhecimento e Inovação
- Relatório Final -

Índice

ELEMENTOS DE SÍNTESE	1
1 - ELEMENTOS-SÍNTESE DE CONTEXTO	3
2 - RACIONAL DE INTERVENÇÃO	5
3 - OBJETIVOS	9
4 - TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO.....	15
5 - INDICADORES DE RESULTADO.....	21
6 - NECESSIDADES DE GOVERNAÇÃO	23
ANEXO - ELEMENTOS DE CONTEXTO	25

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

ELEMENTOS DE SÍNTESE

↳ **Conteúdos-chave**

- Análise das Condições de sucesso do Sistema Regional de Inovação, com base numa grelha que contempla os *itens* seguintes:
 - Demografia das Qualificações regionais;
 - Dinâmicas do tecido económico-empresarial;
 - Investigação científica regionalmente relevante e internacionalmente reconhecida, convergente com o tecido económico-empresarial;
 - Estruturas de regulação regional (formais e regionais);
 - Relacionamento externo;
 - Liderança.
- Relevância à valorização do conhecimento para construir um modelo económico capaz de potenciar a riqueza dos recursos naturais e produtivos da Região e a sua excelência ambiental.
- (Re)organização de fileiras formativas - principais desafios para as entidades dos sub-sistemas de ensino e formação, designadamente na criação de condições de atração.
- Ancoragem pré-determinada nos Domínios de Especialização da EREI Alentejo 2030, dentro da ideia de uma “exploração” focada no OP 1 (uma Europa mais inteligente), com “links” pontuais a dimensões relevantes do Património Natural e da Energia Clima, potenciando o conhecimento existente de formação, competências e unidades de I&D das Instituições do Ensino Superior Regionais:
 - Domínios transversais (Circularidade e Digitalização)
 - Domínios de Especialização (Bioeconomia Sustentável; Ecosistema Cultural e Criativo; Serviços de Turismo e Hospitalidade; Energia Sustentável; Mobilidade e Logística; e Inovação Social e Cidadania)

↳ **Articulação - outros PA e Instrumentos regionais**

Articulações a aprofundar com propostas dos PA - Sustentabilidade Territorial, Património Natural e Ação Climática e PA Água:

- Programa de Restauro do Montado;
- Estratégia de Sustentabilidade Agrícola e Agroindustrial; e
- Centro de Inteligência da Água e Clima.

↳ **Elementos sobre Governança**

- Dinamização do Conselho Regional de Inovação e das Plataformas agregando Domínios de Especialização e Transversais da EREI Alentejo 2030
- Mobilização de peritos internacionais nos processos de apreciação de projetos com impacto regional
- Acompanhamento técnico por parte do OADR (CCDR Alentejo), para monitorização exigente e divulgação de boas práticas.

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

1 - ELEMENTOS-SÍNTESE DE CONTEXTO

A Estratégia Regional Alentejo 2030 assinala a persistência de constrangimentos na estruturação e afirmação do Sistema Regional de Inovação, não obstante um conjunto relevante de investimentos co-financiados pelos programas regionais orientados para a consolidação infraestrutural das instituições. As debilidades do tecido empresarial do Alentejo, com reduzida procura de serviços de inovação, e a capacidade dos setores emergentes para encontrarem soluções próprias, muitas vezes fora da região, tem limitado a afirmação dos recursos e capacidades das instituições regionais no desenvolvimento de zonas competitivas de recursos humanos qualificados e de serviços às empresas, em processos de transferência de conhecimento e valorização económica.

A Avaliação da Implementação da RIS3 (Nacional e Regionais) referiu a “intermitência de funcionamento e desenho de orientações da Rede de Ciência e Tecnologia na Região”, relacionada com a inexistência de uma agenda regional de investigação científica e a inoperância da plataforma colaborativa (SRTT) que integra a generalidade de instituições de C&T regionais. Esta situação dever-se-á à inexistência de um modelo de governação gerador de funcionamento regular, em rede e indispensável à concertação de estratégias, à gestão partilhada de infraestruturas e recursos, à execução de projetos e ações coletivas com empresas.

Entre estruturas formais, integram o Sistema Centros de Competências Setoriais e Grupos Operacionais, com elevada proximidade à especialização produtiva regional (agricultura, floresta, pecuária e serviços conexos); laboratórios colaborativos assentes em redes vastas de parceiros setoriais e regionais (sobretudo, nos ramos da bioeconomia); e unidades de I&D sedeadas nas instituições de Ensino Superior (Universidade e Politécnicos).

As análises efetuadas à robustez das condições críticas de sucesso do sistema regional de inovação (cf. *Anexo-Elementos de Contexto*) salientam: a fragilidade das qualificações regionais (menor peso das qualificações superiores); reduzida dinâmica de projetos de mobilidade de recursos humanos e de participação conjunta na conceção de novos projetos de valorização de recursos regionais; baixos índices de investigação científica (regionalmente relevante e internacionalmente reconhecida), convergente com o tecido económico e empresarial; e inexistência de condições e instrumentos de regulação regional, (tanto formais como informais), a par da fragilidade das lideranças orientadas para consolidar capacidades regionais e conduzi-las a participações qualificadas e reconhecidas a nível sectorial e nacional.

A execução da EREI 2020 aponta para algumas tendências qualitativas a ter presente na ótica do aprofundamento da eficácia e eficiência futura da especialização regional inteligente:

- (i) incremento de atividades colaborativas na região, orientadas para a promoção do empreendedorismo qualificado, e para a disseminação do conhecimento e inovação, através da multiplicação de parcerias e de projetos conjuntos;
- (ii) presença de atividades emergentes na Região (Aeronáutica, TICE e Logística), com relevância própria e enorme potencial para acrescentar valor à estrutura produtiva regional criando condições para um incremento na procura de atividades e serviços de inovação; e
- (iii) maturação lenta, na capacitação e reforço da dimensão estratégica das atuações das entidades do SRI, na intensidade das práticas colaborativas, na dinamização de espaços de descoberta empreendedora e na afirmação da variedade relacionada entre domínios prioritários, objetivos que carecem de uma maior institucionalização de instrumentos destinados a dinamizar e a consolidar estas dinâmicas (monitorização permanente, plataformas setoriais, funcionamento regular do Conselho Regional de Inovação, ...).

2 - RACIONAL DE INTERVENÇÃO

A Estratégia Regional 2030 assume que as apostas europeias na competitividade, na inovação e nas estratégias regionais de especialização inteligente (RIS 3), vieram para ficar. As políticas de coesão procuram integrar aquelas estratégias, independentemente dos rumos perseguidos na negociação das dotações financeiras de Fundos Estruturais no novo período de programação. Apesar dos progressos alcançados, tendo em vista **superar os constrangimentos do sistema regional de inovação**, a sua consolidação mostra-se, ainda, incipiente, pelo que importa **atribuir forte relevância à criação e valorização do conhecimento para a construção de um modelo económico capaz de potenciar a riqueza dos recursos naturais e produtivos da Região e a sua excelência ambiental**. A resposta a este constrangimento deve ser dinâmica e compreender, nomeadamente, as seguintes apostas:

- valorizar e consolidar as etapas e resultados, entretanto, alcançados, não hesitando na discriminação positiva das opções emergentes que se vão afirmando;
- a consolidação gradual do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia, sobretudo com a conclusão da 2ª fase de infraestruturização (em curso) e a sua dinamização com projetos que valorizem essas infraestruturas representando um contributo relevante para reforçar as vantagens competitivas regionais; todavia, o reforço da infraestruturização do SRTT deverá ser acompanhado por uma renovação do seu papel e práticas de forma a criar novas dinâmicas em torno da transferência de tecnologia;
- interagir virtuosamente com as novas dinâmicas de atração e de localização empresarial observadas na Região (aeronáutica, energias renováveis, logística de transportes, ...) identificando a **procura de conhecimento e de serviços** que a localização possa exigir;
- integrar novas respostas às necessidades de conhecimento e aplicação económica associadas à mitigação das alterações climáticas, às respetivas adaptações e à implementação do modelo de economia circular, domínios que colocam enormes desafios no campo da investigação e inovação, desde a gestão sustentável dos recursos ao desenvolvimento de novos produtos;
- estimular a estratégia de colaboração das instituições de ensino superior e dos centros de investigação e de transferência de conhecimento, da Região com o potencial científico e tecnológico de Lisboa, capitalizando relações de proximidade com instituições espanholas com experiência de relacionamento e cooperação transfronteiriça e outras, no âmbito de redes temáticas e programas de I&DT.

Este conjunto de apostas dinâmicas deve evoluir tendo sempre presente a **centralidade das prioridades temáticas da futura EREI Alentejo 2030 no sentido de incentivar a produção de I&DT em domínios-chave dos recursos e ativos regionais** (sol, solo, água e biodiversidade). O conhecimento e as tecnologias produzidas são indispensáveis à robustez das apostas, nomeadamente na vertente da Bioeconomia Sustentável, onde a Região dispõe de recursos de partida (no seio da Universidade de Évora, dos Institutos Politécnicos e de outros Centros de I&D), mas em que carece de uma estruturação e de um incentivo capaz de gerar resultados, associado à definição das melhores orientações e dos exigentes caminhos da transferência de conhecimento para as aplicações económico-produtivas.

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

O **desempenho do Sistema Regional de Inovação**, nos últimos anos, reflete constrangimentos persistentes em matéria de produção de conhecimento, transferência de tecnologia e inovação empresarial, e sugere a necessidade de promover uma dinamização atuante das Instituições de Ensino Superior e das unidades de I&D regionais através de plataformas colaborativas que valorizem (aprofundando ou reorientando) as escolhas da Estratégia Regional de Especialização Inteligente Alentejo 2030.

Na ótica da valorização dos investimentos existentes (PACT, Rede de incubadoras, centros tecnológicos e de competências, laboratórios, grupos operacionais, etc.), o *Mapeamento de Infraestruturas tecnológicas* (CCDR Alentejo, 2017) cruzado com as atividades consolidadas e/ou emergentes, deverá identificar necessidades adicionais de investimento, oportunidades de cooperação institucional e de estruturação em rede de recursos que reforcem a transferência de conhecimento para as empresas. A valorização dos ativos estratégicos regionais aconselha a integrar as opções que conduzam a uma maior convergência das estruturas existentes.

A atualização do Mapeamento deve abranger as unidades sub-regionais e setoriais existentes, de modo a expressar as temáticas das redes (existentes e potenciais) e a fomentar a articulação com as iniciativas dos Polos de Competitividade, das empresas e outras organizações de C&T.

Esta abordagem enquadra-se no Desafio da Estratégia Regional referente à *Consolidação do Sistema Regional de Inovação* e no *Objetivo específico Revitalização do SRTT e das suas âncoras (infraestruturas e redes de C&T)*. Paralelamente, inscreve-se no âmbito do Objetivo de Política Uma Europa mais Inteligente - transformação industrial inovadora e inteligente, e deve identificar operações enquadráveis nas Prioridades de Investimento relativas à melhoria das capacidades de Investigação e Inovação, à adoção de tecnologias avançadas, à digitalização da economia e dos serviços e ao desenvolvimento de competências dos domínios de especialização regional inteligente.

No domínio das **competências orientadas para um novo paradigma produtivo** deveria ter sido possível programar dinâmicas de resposta a necessidades de formação determinadas pelo afluxo de novos investimentos ao Alentejo (p. ex., aeronáutica e projetos no domínio da eletrónica, das tecnologias de informação e serviços digitais), nomeadamente recorrendo às instituições de Ensino Superior (Universidade de Évora, IP Santarém, IP Beja e IP Portalegre) e às unidades do Serviço Público de Emprego e Formação, também em resultado de algumas parcerias construídas na Região e fora dela.

As Instituições de Ensino Superior têm procurado estar à altura dessas exigências, mas nem sempre têm conseguido manifestar suficiente dinamismo, capacidade de execução e abertura à sociedade, designadamente na produção de conhecimento e competências em áreas de I&D carentes na Região (sistema de montado, aeronáutica, saúde e formações que poderiam fazer avançar a sustentabilidade de novas carteiras de atividades), o que deveria também passar pela atração de talentos, estimulando o respetivo contributo para o desenvolvimento regional.

A transformação do paradigma produtivo em curso na Região (que a Estratégia Regional Alentejo 2030 deverá reforçar), suscita a procura de novas qualificações e processos complexos de reconversão de competências, mitigando riscos de marginalização de ativos ditada pela multiplicidade de atividades e pela eventual concentração da inovação. Trata-se, sobretudo, de estimular uma maior agilidade na engenharia/montagem de processos de formação de qualificações e competências em estreita articulação com as estratégias de atração de

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

investimento, antecipando tendências e evidenciando flexibilidade de resposta no patamar da oferta de competências qualificadas.

A Estratégia Regional Alentejo 2030 enfrenta o condicionamento da escassez de recursos humanos, com especial relevo para aqueles de mais elevado nível de qualificação. Com efeito, a instalação de atividades e projetos de setores emergentes (eletrónica, aeronáutica, serviços avançados às empresas e outras organizações, ...) expôs dificuldades regionais generalizadas de recrutamento de competências especializadas.

A solução satisfatória deste problema depende, também, de iniciativas complementares à Estratégia Regional de Especialização Inteligente, que incidem na solução, entre outras, da questão da habitação, da qualificação dos serviços de carácter social ou da oferta de atividades culturais.

Num quadro mais vasto de **(re)organização de fileiras formativas** que respondam à procura dos jovens e ativos (empregados e desempregados) e à procura de qualificações por parte das organizações empregadoras, sinalizam-se como principais desafios para as entidades dos subsistemas de ensino, educação e formação os seguintes:

- Constituição de redes com ofertas formativas de nível superior (Universidade e Politécnicos, de iniciativa autónoma e/ou em rede com parceiros exteriores à Região) dirigidas à formação superior a três níveis (inicial, avançada e ao longo da vida), privilegiando a organização de respostas dinâmicas às necessidades de competências das empresas e de outras entidades (autarquias e associações), no âmbito dos domínios prioritários da EREI Alentejo;
- Dinamização de modalidades de aprendizagem ao longo da vida, de duração variável e de iniciativa não só do serviço público de emprego e formação, como também de outras entidades regionais (ERT, CIM', entidades gestoras de Polos de Competitividade, Associações Empresariais e de Desenvolvimento Local), integrando ações de formação que permitam responder a novas procuras da componente empresarial em fase de instalação (regionais e extrarregionais) e dinamizando uma oferta de carácter profissionalizante, designadamente em áreas de formação mais especializada; e
- (Re)organização da oferta educativa nas modalidades de ensino profissional e tecnológico, com dupla certificação, capacitando os jovens com competências para melhorar o seu potencial de integração no mercado de trabalho (p. ex., nos Domínios de especialização e transversais da EREI Alentejo) e robustecendo os argumentos competitivos do Alentejo na atração de empresas e de investimentos.

Os desafios assinalados devem aproveitar as principais lições da experiência da utilização do Fundo Social Europeu (FSE), orientada para o reforço da Qualificação inicial e da Aprendizagem ao Longo da Vida, nomeadamente: garantindo um alinhamento com as políticas de apoio à modernização do tecido produtivo, contribuindo para melhorar os resultados em matéria de empregabilidade; e expandindo o “stock” de ativos com formação avançada, condição base para desenvolver e consolidar o Sistema Científico e Tecnológico (nacional e polos regionais).

Na presença de oportunidades de investimento e fixação de empresas com potencial estruturante de inovação produtiva e tecnológica, a região deve equacionar escolhas e prioridades muito mais focadas, designadamente estabelecendo regras de apoio público a novas ofertas formativas, destinem-se elas ao financiamento de instalações e equipamentos da rede de estabelecimentos (via FEDER) ou aos formandos e à formação de docentes e formadores (FSE). Em regra, os financiamentos deverão ser subordinados:

**Plano de Ação Conhecimento e Inovação
- Relatório Final -**

- a objetivos mais vastos de Especialização Inteligente para a Região, integrando apoios aos seus ativos produtores de conhecimento e de qualificação de recursos humanos;
- a lógicas de valorização de recursos formativos existentes (instalações e equipamentos; docentes e formadores) e de (re)organização das ofertas que envolvam as componentes de formação superior, tecnológica e profissional (com destaque para as ofertas atuais ou a dinamizar pelas Escolas Superiores dos Politécnicos, bem como pela Universidade de Évora) e compreendendo também a formação profissional contínua; e
- a uma forte interação com instrumentos de apoio ao empreendedorismo e à iniciativa empresarial, rentabilizando instalações existentes, designadamente, no âmbito do património formativo e das atividades do Serviço Público de Emprego e Formação.

Estes são critérios de apoio à decisão estratégica e operacional que envolva a mobilização de recursos de investimento público. São também elementos essenciais a ter presentes na dinamização e no financiamento de ofertas de formação setorial especializada, bem como na reorganização que vier a ocorrer da oferta formativa, a qual tem de estabelecer nexos de relação com a EREI Alentejo 2030 nos seus domínios de especialização e transversais e potenciar experiências de coordenação ensaiadas na região.

A plataforma Alentejo Smart Region disponibiliza uma funcionalidade para organização de formações online, integrando as entidades de ensino regional (Instituições de Ensino Superior e Ensino Profissional), difundindo as ofertas formativas disponíveis e estimulando o “matching” com a visão e necessidades das empresas.

A modernização das estruturas regionais de educação e formação deve, ainda, entroncar nas disposições da Agenda de Competências para a Europa, de forma a garantir que o direito à formação e aprendizagem ao longo da vida se torne uma realidade universal no espaço europeu, com facilitação de contactos e transição para o mercado de trabalho por via de acesso a ofertas qualificantes, alinhadas com as ofertas sequenciais de formação superior nas IES da região.

Nova Agenda de Competências para a Europa

Prioridades de Ação	Objetivos operacionais
1. Melhorar a qualidade e a relevância da formação de competências	Reforçar as competências de base
	Reforçar a resiliência: competências essenciais e competências mais elevadas e complexas
	Fazer do Ensino e Formação Profissional uma primeira escolha
	Estabelecer ligações: focalização nas competências digitais
2. Dar maior visibilidade e comparabilidade às competências e qualificações	Melhorar a transparência e a comparabilidade das qualificações
	Definição de perfis de competências e qualificações para os migrantes
3. Melhorar a Informação sobre competências, tendo em vista opções de carreira fundamentadas	Melhor informação na base de escolhas fundamentadas
	Promover a informação sobre competências e cooperação entre os setores económicos
	Compreender melhor o desempenho dos licenciados.

“Uma Nova Agenda de competências para a Europa”, CE, 2016.

A **Agenda de Competências para a Europa**, atualizada pós emergência da crise pandémica, afirma o duplo propósito de: (i) Aumentar as oportunidades de aprendizagem (promovendo as aprendizagens em contexto laboral e as parcerias entre as empresas e o ensino; favorecendo a mobilidade dos aprendentes; e desenvolvendo as possibilidades de aprender no local de trabalho); e de (ii) Prosseguir os esforços de modernização (aumentando as oportunidades de validação da aprendizagem não formal e informal e apoiando professores e formadores).

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

3 - OBJETIVOS

O **Plano de Ação Conhecimento e Inovação** inscreve-se no Objetivo Estratégico 3 da Estratégia Regional Alentejo 2030 que se propõe “Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região, combinando a consolidação do Sistema Regional de Inovação com a capacidade de formação de competências”.

Em termos mais gerais da Estratégia Portugal 2030, o Plano de Ação enquadra os Domínios estratégicos da *Agenda Temática Inovação e Qualificação como motores de desenvolvimento*, compreendendo: (i) a Promoção da sociedade do conhecimento; (ii) a Inovação empresarial; (iii) a Qualificação dos Recursos humanos; e (iv) a Qualificação das instituições.

O **Plano de Ação Conhecimento e Inovação** pretende estabelecer um elo forte com a matriz de Objetivos específicos da Estratégia Regional Alentejo 2030:

- (i) Revitalização do Sistema Regional de Inovação e das suas âncoras (infraestruturas e redes de C&T); e
- (ii) Reorganização da oferta educativa (tecnológica, profissional e superior) de suporte à especialização regional.

Estes pilares de ancoragem remetem para o Objetivo de Política 1 do novo ciclo da Política de Coesão, Uma Europa mais inteligente - transformação industrial inovadora e inteligente, que identifica como **Prioridades de Investimento** os quatro objetivos seguintes: (i) Melhorar as capacidades de investigação e inovação, bem como a adoção e integração de tecnologias avançadas; (ii) Tirar proveito das vantagens da digitalização em benefício dos cidadãos, das empresas e dos organismos estatais e ainda para promover a inclusão digital; (iii) Reforçar o crescimento e a competitividade das pequenas e médias empresas; e (iv) Desenvolver competências nos domínios da especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo.

O Plano de Ação Conhecimento e Inovação estrutura é um dos principais campos de **interação estratégica e operacional com as escolhas/prioridades da EREI Alentejo 2030**, as quais deverão estar presentes, como quadro de referência, na **Revitalização do SRTT e das suas âncoras**, na **reorganização das fileiras de educação/formação**, nos critérios de incentivo à atração e contratação de recursos humanos qualificados, e na **consolidação das cadeias de valor em “clusters” atividades de expressão regional** (em articulação com o OER 3: Mobilizar de modo intenso, integrado e alargado recursos e ativos estratégicos do território para afirmar a competitividade do Alentejo na economia mundial).

Este quadro de referência deverá permitir recorrer e recriar, no interesse regional, os diversos Instrumentos nacionais/setoriais relevantes, no horizonte da Estratégia Portugal 2030: Estratégia de Inovação Tecnológica e Empresarial para Portugal (2018-2030); Estratégia Inteligência Artificial, 2030; Iniciativa Nacional Competências Digitais e.2030; Plano de Ação para a Transição Digital; Estratégia Nacional de Competências; Estratégia Nacional e Regional de Especialização Inteligente; e Agendas Temáticas de Investigação e Inovação (FCT). Paralelamente, deve explorar as eventuais sinergias que a maior articulação entre estes instrumentos pode gerar.

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

O nexo lógico e elo forte do Plano de Ação releva das escolhas da **EREI Alentejo 2030**, em termos de **Domínios de Especialização**, designadamente: (i) *Bioeconomia Sustentável*; (ii) *Ecossistema Cultural e Criativo*; (iii) *Serviços de Turismo e Hospitalidade*; (iv) *Energia Sustentável*; (v) *Mobilidade e Logística*; e (vi) *Inovação Social e Cidadania*.

Esta identificação de Domínios de Especialização, validada pelo Conselho Regional de Inovação, não ignora o potencial reconhecido à Saúde no Alentejo Central e no conjunto da Região presente na construção do novo Hospital Central, combinada com a criação da Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano. Em idêntica direção, acresce a iniciativa em parceria regional (CCDR-A, CIMAC, PACT, ADRAL, ...) de candidatar um Polo de Inovação Digital - ConnectAHEAD à Rede Nacional de Polos de Inovação Digital, tendo como principais setores de atividade o aeroespacial, a saúde e as tecnologias críticas digitais.

A validade das propostas identificadas no âmbito dos **Domínios de Especialização** terá de estar referenciada a outros parâmetros, designados por **Domínios transversais**, que deverão emprestar maior qualidade, eficiência e eficácia às dinâmicas de promoção de projetos e dar especial coerência económico-territorial a essas intervenções. Os Domínios transversais deverão permitir validar as diversas propostas e evidenciar o nível de incorporação de inovação revelado, abrindo caminho para que as referidas propostas possam beneficiar de apoios de financiamento. Esses **Domínios transversais** são os seguintes: (a) *Circularidade da economia*; e (ii) *Digitalização da economia*.

A **Circularidade da Economia** obriga a que as atividades deverão limitar (ou reconverter) o consumo de matérias primas e de outros fatores de produção, através da introdução de regras mais restritas para a seleção dos mesmos e incorporando, sempre que possível, produtos fatais, eventualmente transformados, que resultem de outros processos produtivos.

Este novo modelo de economia obrigará a reconverter também algumas das estruturas produtivas com o propósito de eliminar resíduos de difícil transformação ou, pelo menos, de reduzi-los, recorrendo à adoção de novas tecnologias, uma vertente que irá necessariamente identificar investimentos acrescidos quando comparados com a rotina das empresas e abre um campo de elegibilidades relacionadas com a renovação de equipamentos, que deve ser apoiada sem hesitação. Uma das componentes da inovação empresarial pode ser identificada como a recomposição dos equipamentos, situação que arrasta novos processos produtivos e novas exigências de qualificação dos recursos humanos. Outra preocupação neste âmbito, e em resultado da referida reconversão, aponta para a melhoria do próprio processo produtivo, orientando-o para a participação no mercado com bens que garantam um ciclo de vida mais longo, que reduzam o impacto negativo após atingirem o período de obsolescência e que ampliem a capacidade de futura reutilização desses bens, eventualmente com outros objetivos.

A **Digitalização da Economia** constitui outro dos Domínios transversais que deve estar presente nas diversas propostas, como componente de inovação e contribuindo para simplificar os sistemas e torná-los tendencial e totalmente mais eficazes e previsíveis. Para além de se caracterizarem por um baixo consumo de energia, integram e disciplinam relações complexas e exigem a reconversão dos recursos humanos, alterando o perfil de recrutamento para níveis mais exigentes de qualificação.

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

O papel das TICE (Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica) é fundamental, pelo que o apoio às dinâmicas que lhe estão associadas exige uma atenção especial, abrangendo: as pequenas e micro empresas de prestação de serviços de informática (integrando talentos); os designados *Digital Nomads*; a reconversão de projetos produtivos; o fomento de intervenções orientadas para a desmaterialização dos processos (produtivos e administrativos); e os projetos transversais de redes associando áreas homogêneas, regionais ou temáticas integradas.

Para além destes dois Domínios transversais, três outras vertentes-chave deverão condicionar a avaliação das propostas e a estratégia, explícita ou implícita, associada a cada uma delas. Essas **vertentes-chave** são as seguintes: (i) Transição energética e climática; (ii) Internacionalização; e (iii) Qualificação dos recursos humanos.

A **Transição energética e climática** deverá implicar a totalidade das atividades e resulta da necessidade de abandonar o modelo social e energético adotado pelas nossas sociedades, obrigando a uma reorientação progressiva do nosso padrão produtivo e do nosso estilo de vida em sociedade. Trata-se de um aspeto que se insere com enorme impacto na circularidade da economia pelo que as propostas a apresentar no âmbito dos Domínios de especialização da EREI deverão conter medidas concretas que contribuam para mitigar os impactos das alterações climáticas ou para combater as práticas que estão na origem dessas alterações.

As iniciativas têm de ter dupla orientação: por um lado, mitigar o impacto que resulta da produção de gases de efeito estufa, designadamente do CO₂; e, por outro lado, encontrar soluções sólidas e inovadoras que permitam contribuir para o sequestro e fixação do CO₂.

A primeira orientação abrange, sobretudo, a transição energética privilegiando a adoção de medidas de eficiência energética e a introdução e generalização das energias renováveis, em linha com o Domínio de Especialização da Energia e Recursos Energéticos. A segunda orientação contempla a adoção de políticas englobando o setor agrário (agricultura, floresta, pastagens,...) e o setor marinho, inserindo-se no Domínio de Especialização da Bioeconomia, sabendo-se que a densidade do coberto vegetal (na terra e no mar) e a sua perenidade são elementos decisivos no processo de sequestro do carbono; a questão chave está associada à melhor definição do modelo energético futuro e ao ritmo de reconversão do atual modelo.

A **Internacionalização** constitui outra das vertentes-chave que deverá condicionar as iniciativas regionais na área da investigação e inovação. Na atualidade, a produção de conhecimento é maioritariamente impulsionada por redes de investigadores, de centros de I&D, de universidades ou de empresas, pelo que o esforço de relacionamento externo deverá ser uma constante nos projetos de desenvolvimento e de aplicação de conhecimento.

O Alentejo, região que reúne forças limitadas no domínio da investigação científica (investimento limitado em I&D, escassez de recursos humanos qualificados, ...), deve estabelecer relações externas determinantes, as quais devem ser estimuladas com prioridade adequada. As relações de proximidade com a região de Lisboa e com a Comunidade Autónoma da Extremadura serão essenciais, mas as questões associadas aos Domínios de especialização exigem um relacionamento para além das áreas geográficas contíguas. A título de exemplo, no Domínio de Especialização da Bioeconomia, a área natural de expansão das relações no âmbito da I&D, é a área biogeográfica do Mediterrâneo, devido às características naturais particulares desta área bioclimática e à especificidade das soluções que têm de ser encontradas para a evolução sustentável dos sistemas relacionados com a produção primária.

Plano de Ação Conhecimento e Inovação
- Relatório Final -

A terceira vertente determinante do sucesso da inovação da região do Alentejo reside na **Capacidade de mobilização de recursos humanos qualificados**. O impacto esperado da execução dos diversos projetos e programas depende da existência e da qualidade dos recursos humanos associados às respetivas estratégias de conceção, de execução e de parceria. Os projetos deverão estar invariavelmente associados a iniciativas que promovam a atração de pessoas e que organizem eixos de formação avançada, área para a qual as instituições de ensino superior da região terão de estar particularmente sensíveis. Para além das dinâmicas próprias dessas instituições, o sistema de ensino superior tem hoje um conjunto de instrumentos que podem ser orientados para a formação complementar aos graus académicos e que poderão responder a necessidades detetadas nas comunidades regionais (empresariais, institucionais e associativas). Programas de Doutoramento em ambiente empresarial, Mestrados profissionais, Cursos de Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP), Cursos de Pós-graduação de dimensão variável ou Ações de Especialização, são modelos passíveis de serem concebidos e adotados. Pode acrescentar-se a possibilidade de oferecer ações de formação conjuntamente estruturadas (com outras instituições nacionais e estrangeiras), assim como o reforço do corpo docente, nas diversas modalidades de formação de técnicos e investigadores séniores, com elementos provenientes do mundo profissional ou com convidados internacionais. Este último aspeto obriga a que as instituições de ensino superior se abram à colaboração externa e partilhem, com outras organizações, as componentes formativas relacionadas com o desenvolvimento tecnológico aplicado e com a inovação nos seus diversos aspetos.

As vertentes-chave atrás abordadas permitem contribuir para **estruturar um sistema regional de inovação**, identificando as linhas de intervenção mais ajustadas à criação de uma economia sustentável e inovadora e obrigando a garantir um conjunto de condições que são decisivas para o sucesso do processo de inovação. A concretização das iniciativas inseridas nos Domínios de Especialização não deverá prescindir de nenhuma dessas condições, independentemente dos diferentes estádios de desenvolvimento em que as mesmas possam estar. Simultaneamente, admite-se que as propostas a considerar, no âmbito dos Domínios de Especialização, possam ser também selecionadas e mesmo eventualmente privilegiadas se se orientarem, para além dos seus objetivos específicos, para a ampliação e/ou consolidação dos Domínios transversais.

Nos diversos Domínios de Especialização, a validação das propostas de enquadramento de projetos deve ser conduzida cruzando-os com os Domínios Transversais e com as três outras vertentes-chave, atrás caracterizados, e que deveriam condicionar o apoio canalizado para aos projetos a financiar. O modelo a utilizar deverá cruzar as diversas propostas com os Domínios transversais e com as Vertentes-chave, permitindo uma hierarquização da qualidade e impacto das propostas. A matriz de cruzamento seguinte constitui uma proposta de operacionalização simples a ensaiar nas escolhas, em sede de seleção de candidaturas:

Propostas	Domínios transversais		Vertentes-chave		
	Economia Circular	Digitalização da Economia	Energia	Internacionalização	Qualificação de RH
1					
2					
3					
4					
(...)					
N					

Plano de Ação Conhecimento e Inovação
- Relatório Final -

A matriz seguinte sistematiza objetivos específicos do Plano de Ação Conhecimento e Inovação (na relação com os **Objetivos específicos da Estratégia Regional Alentejo 2030**) x **Prioridades de Investimento do Objetivo de Política 1** do novo ciclo da Política de Coesão, Uma Europa mais inteligente - transformação industrial inovadora e inteligente.

Objetivos Específicos	Prioridades de Investimento
Revitalização do Sistema Regional de Inovação e das suas âncoras (infraestruturas e redes de C&T) - em apoio à consolidação das cadeias de valor em “clusters” de expressão regional	(i) Melhorar as capacidades de investigação e inovação, bem como a adoção de tecnologias avançadas; (ii) Tirar proveito das vantagens de digitalização em benefício dos cidadãos, das empresas e dos organismos estatais e ainda para promover a inclusão social; (iii) Reforçar o crescimento e a competitividade das pequenas e médias empresas.
Reorganização da oferta educativa profissional e superior de suporte à especialização regional	(iv) Desenvolver competências nos domínios da especialização inteligente, da transição industrial e do empreendedorismo.

**Plano de Ação Conhecimento e Inovação
- Relatório Final -**

4 - TIPOLOGIAS DE INTERVENÇÃO

As tabelas seguintes estabelecem um segundo nível de articulação entre o **Plano de Ação de Conhecimento e Inovação** e os **Domínios Transversais e de Especialização da EREI Alentejo 2030** através do cruzamento entre as *Linhas de Ação Específicas* desta e a identificação de *Tipologias de Operação* e que deverão ser dinamizadas no enquadramento do Anexo D de suporte à programação (cf. tabela em anexo a esta Secção IV).

Domínios Transversais, segundo as Linhas de Ação Específicas da EREI e por Tipologias de Operação

Domínios/Linhas	Tipologias de Operação
<p><i>Circularidade da Economia</i></p> <p>Promover a economia circular com base no conhecimento da sociedade (empresas, instituições, profissões ancestrais/identitárias e nas pessoas) sobre os processos de circularidade e na redução progressiva de produtos, processos e/ou serviços resultantes de uma economia linear; Promover a sustentabilidade no uso dos recursos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a ações/modelos inovadores de educação/formação no âmbito de design de novos produtos, de novos processos e serviços em recursos centrais da região; • Apoio a ações que visem a conceção e estruturação de novos modelos de negócios com base numa gestão sustentável dos ciclos dos recursos; • Apoio a ações centradas sobre o design circular de produtos; • Apoio a ações que visem a redução ou substituição do consumo de recursos naturais e/ou matérias primas primárias (valorização de subprodutos e/ou matérias primas secundárias) e a prevenção, redução ou eliminação de resíduos; • Apoio a ações que visem o aumento da eficiência energética e hídrica (inclui diminuição das captações e origens alternativas), contributo para a descarbonização e sequestro de carbono; • Apoio a ações focadas sobre o incremento dos processos de circularidade nos setores agroalimentar e de recursos minerais.
<p><i>Digitalização da Economia</i></p> <p>Consolidação de um ecossistema digital regional aberto; Consolidação, pela via digital, de projetos estruturantes da região ligados à logística, à indústria extrativa, ao mar, à mobilidade e a fileiras emergentes como a aeronáutica e defesa; Incremento da literacia digital ao longo da vida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a polos/pontos de inovação digital, incubadoras digitais, Fablabs, Makerspaces, espaços de coworking de base digital, Hubs Criativos e espaços/projetos intensivos de aprendizagem em tecnologias e artes; • Apoio à inovação produtiva e reforço de competitividade, com vista à elevação dos níveis estruturais (equipamentos e máquinas) das empresas no âmbito das tecnologias digitais chave; • Apoio a ações de eficiência no uso dos fatores de produção e na automação e digitalização dos processos produtivos de produção, extração, transformação e de comercialização; • Apoio a novos empreendedores (jovens nativos digitais e/ou jovens talentos de outras regiões) e à contratação de recursos humanos altamente qualificados; • Apoio a ações de I&D no redesenho (antecipação) de formas de organização do trabalho e na redefinição de competências e de conteúdos formativos (formação de base, especialização e/ou requalificação).

**Plano de Ação Conhecimento e Inovação
- Relatório Final -**

Linhas de Ação Específica da Bioeconomia Sustentável, por Tipologias de Operação

Linhas Ação Específicas	Tipologias de Operação
<p>Promover a economia circular com base no conhecimento da sociedade (empresas, instituições, profissões ancestrais/identitárias e nas pessoas) sobre os processos de circularidade e na redução progressiva de produtos, processos e/ou serviços resultantes de uma economia linear; Promover a sustentabilidade no uso dos recursos</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a ações/modelos inovadores de educação/formação no âmbito de design de novos produtos, de novos processos e serviços em recursos centrais da região; • Apoio a ações que visem a conceção e estruturação de novos modelos de negócios com base numa gestão sustentável dos ciclos dos recursos; • Apoio a ações centradas sobre o design circular de produtos; • Apoio a ações que visem a redução ou substituição do consumo de recursos naturais e/ou matérias primas primárias (valorização de subprodutos e/ou matérias primas secundárias) e a prevenção, redução ou eliminação de resíduos; • Apoio a ações que visem o aumento da eficiência energética e hídrica (inclui diminuição das captações e origens alternativas), contributo para a descarbonização e sequestro de carbono; • Apoio a ações focadas sobre o incremento dos processos de circularidade nos setores agroalimentar e de recursos minerais.

Linhas de Ação Específica do Ecosistema Cultural e Criativo, por Tipologias de Operação

Linhas Ação Específicas	Tipologias de Operação
<p>Reforçar o empreendedorismo criativo, no sentido de incrementar a dinâmica e vitalidade do setor; Fomentar a criação, a valorização e/ou o reforço, em rede multiatores, de infraestruturas digitais dedicadas e de base comunitária; Promover a investigação e Inovação, com base no conceito de inovação cruzada e nas parcerias cruzadas; Fomentar, como prioridade estratégica, o surgimento de iniciativas inovadoras aplicadas, propostas de uma forma livre e “bottom-up”, Valorizar e proteger o Património Cultural.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar ações que visem a produção artística e cultural, a formação e qualificação de instituições, de públicos e de agentes; • Apoiar ações que visem a promoção da acessibilidade física (em redes) e digital à cultura e ao património cultural, bem como na criação de conhecimento e cooperação; • Apoiar ações que visem a criação de comunidades PALL (pequenas, abertas, locais e ligadas) e/ou de bairro/rua criativa, para atrair e ‘incubar’ talento e criatividade, tendo como centro a neutralidade carbónica, o conceito de “resíduo zero” e os recursos endógenos; • Apoiar ações de fertilização de práticas colaborativas entre sectores das áreas criativas e sectores económicos tradicionais, nas fileiras económico/transformativas pertencentes às principais cadeias produtivas regionais de modo a induzir inovação disruptiva ou melhoramento incremental, e permitir a geração de novos modelos de negócio/produtos/serviços, e mesmo novas cadeias de valor; • Apoiar ações/projetos culturais inovadores que produzam valor para a economia regional, tendo como foco a identidade de uma população, e sejam base de diversas atividades económicas que decorrem da recuperação e atualização do saber fazer tradicional; • Apoiar a criação de Laboratórios criativos, disseminados pela região para dinamizar relações e projetos coletivos de artes performativas (teatro, dança, música e outras áreas de expressão artística). • Apoiar o acolhimento e valorização das diferentes artes (performativas, visuais, plásticas, etc.); • Apoiar a digitalização e virtualização dos sítios de interesse arqueológico e etnológico da região, com suporte em investigação, proporcionando roteiros e visitas de elementos patrimoniais; • Apoiar a prescrição cultural como solução terapêutica, adaptando as respostas de saúde pública aos tempos atuais.

**Plano de Ação Conhecimento e Inovação
- Relatório Final -**

Linhas de Ação Específica dos Serviços de Turismo e Hospitalidade, por Tipologias de Operação

Linhas Ação Específicas	Tipologias de Operação
<p>Aprofundar o conhecimento sobre as procuras turísticas e promoção do destino Alentejo; Incrementar a qualificação da oferta turística.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar ações de reforço da promoção do destino Alentejo com base numa intensificação do esforço global de promoção turística orientada com foco na eficácia (retorno em fluxos de valor captados) e numa gestão não fragmentada das iniciativas; • Apoiar ações de I&DT que visem o reforço da competitividade das empresas e a sua diferenciação, com base na monitorização individual de indicadores de sustentabilidade social, económica e ambiental; • Apoiar ações de I&DT de eficiência coletiva através do estímulo e facilitação de iniciativas e processos onde a internacionalização e a capitalização (ganho de dimensão e de massa crítica) de operadores chave se possa articular com iniciativas e processos de especialização, qualificação e diversificação (ganhos de eficiência operacional e de produtividade-valor) dos restantes operadores; • Apoiar ações de I&DT que visem reforçar a dimensão de digitalização em todo o setor com base numa estratégia integrada que permita o desenvolvimento de infraestruturas de serviços partilhados à comunidade, tais como comunicações, centros de processamento dados e prestadores de serviços cloud, que permita o acesso dos agentes de turismo e turistas a serviços avançados, assente em plataformas web, redes em fibra ótica, 4G e 5G; • (Formação) cooperação entre as entidades de formação e as empresas adequando a oferta formativa, às necessidades dos operadores e à sazonalidade da atividade turística (“Escola” de Formação Turística do Alentejo): formação de Guias turísticos e de património; organização de TeSP em cooperação com os potenciais beneficiários (módulos de ensino, estágios curriculares, ...); e Criação de uma Escola para formação e disseminação de competências digitais (explorando disponibilidade do Plano de Recuperação e Resiliência - Incentivo Adultos e Impulso Jovem STEAM).

Linhas de Ação Específica da Energia sustentável, por Tipologias de Operação

Linhas Ação Específicas	Tipologias de Operação
<p>Incrementar a eficiência energética das cadeias produtivas; Promoção das energias renováveis (produção, armazenamento e consumo).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar ações de I&DT com vista a um impulso à descarbonização nos diferentes setores económicos da região; • Apoiar ações e/ou modelos experimentais de remunerar serviços dos ecossistemas na retenção de carbono e/ou modelos de negócio assentes em produtos e serviços de baixo carbono; • Apoiar ações e/ou projetos de reforço da capacidade de produção energética distribuída (e autoconsumo) a partir de mix de fontes renováveis (e de recursos endógenos), bem como a exploração do potencial de energias renováveis; • Apoiar ações de I&DT para produção de combustíveis gasosos e no seu potencial de armazenamento de energia elétrica com base no hidrogénio eletrolítico; • Apoiar balanços energéticos das pequenas comunidades, concebendo modelos de geração de energia elétrica combinados a partir das diversas fontes alternativas; • Apoiar a constituição de Comunidades Energéticas, abrangendo as diversas tipologias de aglomerados urbanos; • (Formação) mobilização dos residentes para os mecanismos da manutenção de equipamentos e sistemas energéticos limpos.

**Plano de Ação Conhecimento e Inovação
- Relatório Final -**

Linhas de Ação Específica da Mobilidade e logística, por Tipologias de Operação

Linhas Ação Específicas	Tipologias de Operação
<p>Promoção da mobilidade sustentável a nível regional; Incrementar e adensar as cadeias de valor associadas aos Transportes Marítimos e à Aeronáutica, Espaço e Defesa</p>	<p>Apoiar I&DT e operabilidades que estimulem ações de concentração, monitorização e tratamento de dados regionais dos movimentos pendulares no sentido de implementar uma mobilidade local/intermunicipal/regional suave (sustentável) que tenha por base e ideia de Mobilidade como Serviço (MaaS); Apoiar ações de inovação produtiva focada na aeronáutica, designadamente no seu potencial efeito “spillover” e no desenho e produção de componentes de elevada complexidade; Apoiar ações de I&DT que visem a transição energética na mobilidade marítima e aérea; Apoiar ações de forte componente inovadora que promovam o teste, experimentação e demonstração de novas tecnologias, produtos, serviços e modelos de negócio que respondam aos desafios societários de futuro. Apoiar soluções logísticas de interface para as áreas de localização empresarial e a atração de unidades vocacionadas para a exportação e a geração de energia. Apoiar modelos experimentais de logística de baixa densidade; Instalação de um Centro Internacional de Inovação em transporte marítimo e logística ou engenharia aeroespacial.</p>

Linhas de Ação Específica da Inovação social e Cidadania por Tipologias de Operação

Linhas Ação Específicas	Tipologias de Operação
<p>Incrementar o acesso e a provisão de Serviços de Interesse Geral na Região; Promover a empregabilidade de grupos de risco e o empreendedorismo juvenil; Promover a experimentação e prototipagem de propostas de política</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a projetos de I&DT e de industrialização de soluções de promoção da provisão e/ou acesso aos SIG; • Apoio a ações/projeto de I&DT de produtos (de saúde, mobilidade, farmacêuticos, ortopedia, etc.) que contribuam para dar respostas inovadoras e diferenciadoras decorrentes de necessidades de grupos específicos, de novas abordagens (promoção do envelhecimento no meio) ou de novas tendências; • Apoio a projetos de inovação aplicada e as respostas (ações) inovadoras de promoção da empregabilidade de grupos de risco persistente face ao emprego e à precariedade, como sejam, modelos de teste e prototipagem de criação de emprego e de fomento do empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo juvenil, redes colaborativas e monitorização de experiências; • Apoio da ações e projetos de inovação aplicada no desenvolvimento tecnológico (digitalização de processos) dos postos de trabalho, acompanhados de soluções de capacitação/adaptação dos recursos humanos; • Apoio a projetos de I&I e de I&DT na experimentação e prototipagem de soluções inovadoras que promovam a capacitação das sociedades/comunidades (inclui o institucional) e que sejam transferíveis e dissemináveis junto de pares (em diferentes escalas territoriais) ou a integrar nas práticas públicas e nas políticas; • Dinamização das unidades locais de saúde familiar com sistemas de telemedicina para acesso remoto a consultas médicas; • Conceção de campanhas destinadas a generalizar hábitos de vida saudável; • (<i>Educação</i>) - ensino a distância para formação profissional e pós-graduações avançadas, inseridas na aprendizagem ao longo da vida e dirigidas preferencialmente à população ativa empregada.

**Plano de Ação Conhecimento e Inovação
- Relatório Final -**

Anexo- Tipologias de Operação*

001	Investimentos em ativos fixos ou intangíveis em microempresas ou associações ligadas a atividades de investigação e inovação
002	Investimentos em ativos fixos ou intangíveis em pequenas e médias empresas ou associações diretamente ligadas a atividades de investigação e inovação
003	Investimentos em ativos fixos ou intangíveis em centros de investigação públicos e ensino superior diretamente ligados a atividades de investigação e de inovação
004	Investimentos em ativos fixos intangíveis em microempresas diretamente ligadas a atividades de investigação e de inovação.
005	Atividades de investigação e de inovação em microempresas, incluindo cooperação em rede (investigação industrial, desenvolvimento experimental e estudos de viabilidade)
006	Investimento em ativos intangíveis em centros de investigação públicos e ensino superior diretamente ligados a atividades de investigação e de inovação
007	Atividades de investigação e de inovação em microempresas, incluindo cooperação em rede (investigação industrial, desenvolvimento experimental e estudos de viabilidade)
008	Atividades de investigação e de inovação em pequenas e médias empresas, incluindo cooperação em rede
009	Atividades de investigação e de inovação em Centros de Investigação públicos, ensino superior e Centros de Competências, incluindo cooperação em rede (investigação industrial, desenvolvimento experimental e estudos de viabilidade)
011	Soluções governamentais de TIC, serviços eletrónicos e aplicações
012	Serviços e aplicações informáticos para as competências digitais e inclusão digital
013	Serviços e aplicações de saúde em linha (incluindo cuidados em linha, a internet das coisas para a atividade física e a assistência à autonomia no domicílio)
017	Serviços avançados de apoio a PME e grupos de PME (incluindo serviços de gestão, marketing e design)
018	Incubação, apoio a novas empresas (spin-offs), a empresas derivadas (spin-outs) e empresas em fase de arranque (start-ups)
019	Apoio a polos de inovação e redes de empresas, sobretudo em benefício das PME
021	Transferência de tecnologia e cooperação entre empresas, centros de investigação e o setor do ensino superior
022	Processos de investigação e de inovação, transferência de tecnologias e cooperação entre empresas, incidindo na economia hipocarbónica e na resiliência e adaptação às alterações climáticas

(*) Extraído do *Country Report relativo a Portugal – Semestre Europeu de 2019*, Serviços da Comissão Europeia, Anexo D – Orientações em matéria de investimento no âmbito do financiamento da Política de Coesão para 2021-2027, a favor de Portugal).

5 - INDICADORES DE RESULTADO

Em termos de indicadores de resultado, apresenta-se com um conjunto de propostas segundo os diversos Domínios de Especialização, as quais devem repercutir-se (ser integradas) na bateria de indicadores de monitorização da EREI Alentejo 2030:

- *Bioeconomia Sustentável*
 - Projetos de intervenção na área de montado, orientados para a preservação dos recursos mobilizáveis (água, solo, coberto vegetal, etc.);
 - Projetos orientados para a melhoria das produções relacionadas com o montado (agrícolas, pecuárias, florestais e outras);
 - Área de regadio dotadas de sistemas inteligentes (de precisão e outros) de rega, com avaliação de impactes ambientais;
 - Volume de produção local canalizada para mercados de proximidade;
 - Projetos de I&D desenvolvidos em parceria (unidades de I&D, empresas e/ou associações) com incidência neste Domínio de Especialização;
 - Projetos de avaliação de stocks do pescado (volume e preços) capturado na costa alentejana.
- *Ecossistema Cultural e Criativo*
 - Redes de interesse arqueológico apoiadas;
 - Redes de interesse patrimonial apoiadas;
 - Laboratórios criativos apoiados.
- *Serviços de Turismo e Hospitalidade*
 - Unidades experimentais de agro-turismo (combinando atividades agrícolas e recuperação de património com alojamento e restauração);
 - Unidades de turismo rural baseadas em recuperação de património e valorizando medidas inovadoras de aproveitamento de energias limpas.
- *Energia Sustentável*
 - Potência instalada resultante de instalações de energias renováveis;
 - Comunidades Energéticas criadas;
 - Projetos de eficiência energética instalados e/ou desenvolvidos em unidades dos setores agrícola, industrial ou comercial;
 - Instalações em edifícios públicos (potência instalada, áreas abrangidas).
- *Mobilidade e Logística*
 - Centro Internacional de Inovação instalado numa das seguintes áreas: Mobilidade e Logística ou Aeroespacial;
 - Rede de mobilidade elétrica regional (unidades de transporte e postos de carregamento);
 - Projetos de I&D financiados com participação de parceiros ativos internacionais.
- *Inovação Social e Cidadania*
 - Rede de telemedicina, baseada nas Unidades de Saúde Familiar;
 - Lojas do cidadão (nº);
 - Projetos de modernização administrativa para as autarquias locais.

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

6 - NECESSIDADES DE GOVERNAÇÃO

O **Plano de Ação** temático **Conhecimento e Inovação** deverá corresponder a uma intervenção exigente em relação às dinâmicas regionais, acrescentando conhecimento, tecnologia e inovação às atividades com expressão no Alentejo, manifestando grande abertura em relação às atividades emergentes (energia, mobilidade, logística e aeronáutica).

Em todas estas atividades será fundamental associar sempre uma componente de qualificação de recursos humanos, área para a qual todas as instituições de ensino secundário e profissional e, sobretudo, de ensino superior deverão ser convocadas. A previsão de instalação de Escolas temáticas, designadamente no âmbito das competências digitais, inscritas no Plano de Recuperação e Resiliência, deverá ser devidamente explorada, sabendo-se que essas iniciativas devem resultar de consórcios e parcerias institucionais claramente estabelecidas.

A multiplicação de estruturas de I&D, de interface e de convergência promovidas na região não tem facilitado a concertação das atividades e dificulta até a identificação de um modelo de governança capaz de mobilizar esse ecossistema organizativo. Os atores são múltiplos e a sua representação nas diversas plataformas revela frequentes sobreposições.

A valorização do **Conselho Regional de Inovação (CRI)**, que se encontra ainda em fase embrionária de organização e funcionamento, constitui uma opção consensual que é assumida nas escolhas do modelo de governação da EREI. A possibilidade de funcionar por secções temáticas, referenciadas aos Domínios de Especialização e Transversais poderá proporcionar uma componente orgânica estruturante do Sistema Regional de Inovação.

O Documento da **EREI Alentejo 2030** equaciona a problemática da Governação, numa lógica de planeamento e de coordenação entendendo que “o CRI deve assumir a articulação geral entre atores e funcionar como espaço de mobilização para o trabalho colaborativo no sentido da execução dos objetivos e metas da Estratégia”. Numa lógica de estrutura verticalizada, o CRI deverá ser o órgão máximo de debate, deliberação e coordenação de todos os espaços que integram o modelo de governação da EREI2030, nomeadamente, formulando recomendações às **Plataformas de Inovação** e propostas às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais (PO) financiadores dos projetos.

Numa lógica de coordenação operacional, o OADR será a estrutura técnica interna da CCDR Alentejo responsável, no âmbito da EREI2030, por funcionar entre a dimensão de planeamento e a dimensão operacional.

Na ótica da concretização dos campos de objetivos e tipologias de atuação do **Plano de Ação Conhecimento e Inovação**, as necessidades de Governação situam-se nas vertentes seguintes:

- Concentração do acompanhamento das atividades associadas a cada um dos Domínios de Especialização e Transversais, simplificando a rede de estruturas existentes;
- Acompanhamento técnico da CCDR Alentejo (OADR), avaliando a capacidade de executar projetos, monitorizando os indicadores de resultado e divulgando as melhores práticas;
- Comissão Técnico-Científica com três secções, ligadas aos Domínios de Especialização, com o objetivo de consensualizar prioridades de intervenção, fomentar a constituição de consórcios e elaborar um Relatório anual do progresso das iniciativas e investimentos realizados nas áreas da energia, aeronáutica e logística; da área da Bioeconomia; e da área da Inovação social.

Plano de Ação Conhecimento e Inovação
- Relatório Final -

- Criação de um Grupo Operacional, dinamizador da internacionalização das atividades de investigação e de inovação. Os exemplos existentes noutros países e noutras regiões permitem admitir que um Grupo Operacional, integrando valências técnicas e de conhecimentos adequadas, dominando o potencial de I&D das instituições regionais, poderá ser o catalizador de uma internacionalização, promovendo contactos, propondo projetos conjuntos, identificando fontes de financiamento, preparando e elaborando candidaturas, cumprindo um papel de dinamização logística do ecossistema de inovação regional; a gestão da complexidade das candidaturas e a dificuldade de estabelecimento de contactos orientados para projetos conjuntos pode ser, com vantagem, atribuída a um Grupo Operacional, comprometido com a estratégia de desenvolvimento regional e com as valências estruturantes da investigação e inovação.
- O edifício orgânico do Sistema Regional de Inovação poderia, finalmente, admitir um órgão de aconselhamento estratégico, integrando personalidades regionais, nacionais e internacionais, num número não superior a dez, para emitirem pareceres periódicos sobre as orientações predominantes na execução do Plano de Ação Conhecimento e Inovação. Esta componente externa tem sido, em casos semelhantes, de extrema valia, podendo traduzir-se numa reflexão independente sobre o processo de inovação, sobre a incorporação dos resultados da I&D, fundamentando reorientações e readaptações.
Um **Conselho Estratégico Internacional** poderia ser um elemento inovador na arquitetura institucional das regiões portuguesas, revelador da abertura regional, do entendimento de que a transformação qualitativa do SRTT é necessária e fortemente condicionada pelas relações com o exterior e pelo aproveitamento eficaz dos relacionamentos externos para a valorização das dinâmicas regionais.

ANEXO - ELEMENTOS DE CONTEXTO

1. Condições de sucesso dos sistemas regionais de inovação

As condições de sucesso de um sistema regional de inovação são sempre referenciadas à situação concreta em que o sistema se irá basear e desenvolver. No caso do Alentejo, para além dos recursos financeiros que serão alocados à região, por via do Programa Regional e dos restantes instrumentos com incidência na região, há outras condições que merecem ser evocadas.

↳ **Demografia das qualificações regionais**

Naturalmente o sucesso de muitos dos projetos concebidos está dependente da existência e participação de recursos humanos qualificados. Este problema, no caso do Alentejo, pode e deve ser considerado como estrutural.

A população residente com idades entre os 30 e 34 anos, com qualificação superior, atinge valores relativamente moderados quando comparada com o conjunto da União Europeia. A situação é, por isso, problemática, não obstante tenha sofrido um salto nos últimos anos.

População entre 30-34 anos, com qualificação superior (2019)

Regiões	(UE=100)	(PT=100)
Norte	65	87
Centro	86	115
Lisboa	93	124
Alentejo	51	68
Algarve	59	79

Fonte: Regional Innovation Scoreboard, 2020

A distribuição da população ativa indica que há uma especialização nas atividades do setor primário, das administrações públicas e da distribuição. Duas destas atividades (setor primário e distribuição), juntamente com a hotelaria e a restauração, registaram um crescimento do emprego nos últimos anos (2013 para 2017) sempre superior a 12% (Quadros de Pessoal, DGAEP). O caso do setor primário é interessante pois é provavelmente a única região portuguesa com taxas de crescimento positivas neste setor.

Outro fator que contribui para a qualificação da população residente prende-se com as iniciativas tomadas no campo da aprendizagem ao longo da vida (*lifelong learning*). Neste âmbito a situação da região é igualmente problemática (ver quadro com a situação em 2019, para a população com idades compreendidas entre 25 e 64 anos) e as ações conducentes à melhoria desta situação deverão, em primeiro lugar, ser da responsabilidade não só do Instituto do Emprego e Formação Profissional, como também das instituições de ensino superior. Sem desprezar, naturalmente e noutro plano, as ações desenvolvidas por entidades privadas (escolas, associações ou fundações), cada uma delas atua no seu nível próprio e esse é um patamar que será decisivo no próximo período de programação. Sem recursos humanos qualificados ou altamente qualificados, dificilmente a situação evoluirá positivamente. E neste patamar, a situação do Alentejo necessita de ser objeto de uma aceleração para reforço das

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

disponibilidades existentes, explorando os diversos instrumentos e adotando as diversas estratégias de atração de imigrantes.

População entre 25 e 64 anos que beneficiou de iniciativas de aprendizagem ao longo da vida

(2019)

Regiões	(UE=100)	(PT=100)
Norte	77	86
Centro	88	99
Lisboa	118	133
Alentejo	77	86
Algarve	78	87

Fonte: Regional Innovation Scoreboard, 2020

↪ Dinâmicas do tecido económico-empresarial

No que respeita ao dinamismo do tecido produtivo, os sinais são contraditórios. A estratégia colaborativa, regista uma evolução, ainda frágil, o que traduz um tecido produtivo desarticulado e ainda deficientemente estruturado em consórcios, parcerias ou projetos conjuntos. Algumas iniciativas vão contribuindo para atenuar essas fragilidades sendo disso exemplo a plataforma *Alentejo SMART Region*, que poderá desempenhar um papel significativo no âmbito da mobilização dos agentes económicos proporcionando a realização de um “matching” entre as capacidades tecnológicas de cada empresa e/ou agente económico e possibilitando um melhor conhecimento entre estes.

A par do reforço das relações externas, que adiante será referido, este aspeto é essencial para criar estrutura densa e gerar sinergias, evocando complementaridades, apoios mútuos, mobilidade de recursos humanos, escala nos projetos de formação profissional, participação conjunta em mercados e, com uma importância acrescida, conceção de novos projetos que mobilizem e partilhem recursos e conhecimento das unidades envolvidas.

Uma atenção especial deve ser prestada às iniciativas emergentes e aos domínios estratégicos que se orientam para a valorização dos recursos regionais de carácter territorial. São iniciativas que anunciam e animam capacidades empreendedoras, até então desconhecidas, mas que são elementos de dinamização regional essenciais para, eventualmente, contribuir para reforçar ou diversificar a base produtiva.

De acordo com os últimos resultados do *Regional Innovation Scoreboard* (2019), as empresas sedeadas na região do Alentejo revelavam uma capacidade interna de inovação não despiciente, característica que aliás se poderia estender ao conjunto do país. Provavelmente será também por via desta característica que Portugal conseguiu atingir, em 2019, a posição de país fortemente inovador¹.

¹ EU (2020) European Innovation Scoreboard, Luxembourg, Publications Office of the European Union.

**Plano de Ação Conhecimento e Inovação
- Relatório Final -**

PME inovadoras (EU=100, 2019)

Regiões	Colaborando com outras empresas	Inovação gerada internamente
Norte	71,2	162,5
Centro	107,3	178,4
Lisboa	107,8	177,4
Alentejo	89,3	170,7
Algarve	73,3	190,8

Fonte: Regional Innovation Scoreboard, 2020

Porventura a situação recenseada no *Regional Innovation Board* é influenciada pela situação de um segmento particular relacionado com as empresas integradas na Comunidade Portuária de Sines e/ou associadas às TICE e ao complexo aeronáutico, estes últimos instalados em Évora.

↳ **Investigação científica regionalmente relevante e internacionalmente reconhecida, convergente com o tecido económico e empresarial**

Este aspeto é igualmente determinante pois reflete não só o investimento em investigação científica que os diferentes atores fazem na região, como também a importância internacional da respetiva produção científica.

Para além do volume de investimento em I&D, globalmente moderado na região do Alentejo, importa analisar a repartição da origem desse investimento, entre entidades empresariais e instituições públicas de ensino superior. O investimento em I&D, em valor absoluto e da responsabilidade das empresas, corresponde quase ao dobro do investimento que é realizado pelas instituições públicas de ensino superior. Pelo contrário, o número de investigadores integrados nas instituições públicas de ensino superior é maior do que aqueles que desempenham as suas atividades nas empresas. As empresas públicas da região do Alentejo são responsáveis apenas por 2,1% do número dos investigadores integrados no setor empresarial (30) e por 2,1% do investimento realizado por este mesmo setor (1465,9*10³€). Esta situação, revelando um elevado nível de produtividade da parte empresarial quando comparada com a I&D do setor do ensino superior, pode ser associada à ideia atrás expressa, relativa à importância de dois polos empresariais: um consolidado (Sines) e outro em crescimento (aeronáutica).

Indicadores de I&D, por sector (2019)

Regiões	Intervenção das empresas em I&D			Intervenção do ensino superior em I&D		
	Investimento		Investigadores	Investimento		Investigadores
	10 ³ €	%		10 ³ €	%	
Norte	518 751,1	33,1	13 535	354 067,1	31,8	15 405
Centro	297 828,9	19,0	8 083	227 699,8	20,4	11 326
Lisboa	662 425,9	42,2	13 222	451 578,4	40,5	20 535
Alentejo	68 001,7	4,3	1 408	36 004,3	3,2	1 671
Algarve	10 918,6	0,7	329	28 484,5	2,6	1 172
Açores	1 983,9	0,1	102	9 647,9	0,9	338
Madeira	9 188,8	0,6	198	7 418,5	0,7	335
Portugal	1 569 098,9	100,0	36 877	1 114 900,5	100,0	50 782

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

Fonte: DGEEC (2020) – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional.

No domínio do investimento em I&D, a região encontra-se numa situação de fragilidade quando comparada com as regiões portuguesas mais populosas. Esta questão pode ser considerada eventualmente perversa, pois admite-se que o número de entidades que desenvolvem as suas atividades de I&D no Alentejo é significativa, embora os montantes financeiros associados às suas linhas de pesquisa estejam referenciados a outras regiões, designadamente à região de Lisboa e Vale do Tejo. Este tema é importante e será oportunamente retomado.

A internacionalização da produção científica é um dos indicadores que permite avaliar a internacionalização da investigação científica. No caso do Alentejo, a situação não é muito favorável. Os indicadores extraídos do *Regional Innovation Scoreboard* revelam limitações nas redes que dão corpo aos contactos entre as comunidades científicas. O nível de publicações em co-autoria, da responsabilidade de investigadores que desenvolvem a sua atividade no Alentejo em colaboração com parceiros externos revela um fraco desempenho, o mais limitado aliás das regiões continentais portuguesas.

Publicações científicas (2019)

Regiões	Em co-autoria		Citações	
	PT=100	UE=100	PT=100	UE=100
Norte	94	93	99	79
Centro	102	101	110	88
Lisboa	120	119	98	79
Alentejo	59	58	55	44
Algarve	89	88	77	62

Fonte: Regional Innovation Scoreboard, 2020

Neste sentido, é igualmente possível avaliar a abertura do sistema científico através do nível de citações que a produção científica gerada na região provoca na comunidade internacional. Mas este é um domínio em que as características da região do Alentejo revelam mais fragilidades. O sistema produtivo, designadamente as suas componentes mais dinâmicas (comunidade empresarial de Sines, bioeconomia com raiz agrária, complexo aeronáutico, etc.), tem um percurso internacional com características de relacionamento densas. Com este cenário, a capacidade de produção científica, designadamente das linhas que poderão ser convergentes com aquelas dinâmicas económicas, tem um enorme potencial e necessita de maior dinamismo e de fortes apoios. Mas os apoios esperados e mais adequados não se deverão resumir apenas à canalização de recursos financeiros, mas prioritariamente à promoção da conceção de linhas de I&D e da respetiva atração de recursos humanos capazes de as dinamizar no futuro.

↳ Estruturas de regulação regional (formais e informais) e liderança

No que respeita às condições de regulação regional, entendidas como a existência de estruturas, formais ou informais, de concertação de estratégias, de execução de projetos, de conceção conjunta de iniciativas convergentes e/ou complementares, de gestão partilhada de infraestruturas ou simplesmente de circulação de informação relevante, a situação alentejana é aparentemente densa nestes patamares de relacionamento, atingindo uma densidade

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

eventualmente excessiva quando associada às atividades que resultam dessas condições, o que permite que se coloque a possibilidade/necessidade de admitir que o balanço desse modelo é limitado e de introduzir alguma simplificação.

A lista de estruturas formais abrange um número elevado de entidades, algumas das quais de constituição recente:

- Centros de Competências, com uma dezena destes Centros sedeados na região;
- Grupos Operacionais (cerca de 25), refletindo na sua quase totalidade projetos específicos que poderiam, com vantagem, ser integrados nos Centros de Competências;
- Sete Laboratórios Colaborativos, com participação de parceiros regionais;
- Vários Centros de I&D sedeados nas instituições de ensino superior (Universidade e Institutos Politécnicos) ou de iniciativa privada.

Esta teia de estruturas, embora inseridas em setores diferenciados (mas maioritariamente no setor primário), frequentemente associando os mesmos parceiros, gera uma rede complexa que provoca problemas de relacionamento e de gestão, todos eles de difícil solução, dada a exigência e consumo de tempo, assim como a disponibilidade de recursos (humanos e financeiros) que são necessários para dinamizar as diferentes iniciativas. A decisão assumida para que a região (e os seus organismos) se integrem nessas diferentes estruturas é naturalmente positiva; mas terá de avaliar-se o reverso da medalha, ou seja, a exigência da multiplicação de obrigações (tempo afeto, reflexão, execução, ...) que uma região, com ainda escassos recursos humanos qualificados, deverá ter de assegurar para assistir àquelas solicitações. Este quadro contribui provavelmente para inibir e complicar as atividades diretamente associadas à execução dos projetos.

Este comentário aplica-se, naturalmente com maior expressão, ao setor da bioeconomia associada à componente agrária (agricultura, floresta, pecuária e serviços conexos).

↳ **Relacionamento externo**

Perante uma situação simultaneamente desafiante quanto a recursos (disponíveis e expectantes) e frágil em domínios relacionados com a investigação e a produção de inovação, as relações externas revelam-se fundamentais. Reconhece-se que a inovação resulta normalmente de duas áreas de alavancagem: investigação ou mercado. No caso do predomínio da investigação, a inovação assume-se através da adoção de mecanismos robustos e dinâmicos de transferência para o mundo empresarial. Se a inovação for, pelo contrário, dinamizada pelo mercado, respondendo a crescentes exigências da procura, deveria conseguir arrastar linhas de I&D diretamente associadas ao seu desempenho.

Os exemplos das produções hortícola, oleícola, vinícola ou suberícola, bem como de algumas linhas de produção industrial, são bem eloquentes dos impulsos que o relacionamento externo gera, designadamente na criação de escala de produção, de exigência dos mercados, de níveis elevados de relacionamento e, por essa via, da maior capacidade de incorporar inovação. Neste quadro, deveriam ser fomentadas no futuro linhas de I&D que pudessem contribuir para acrescentar conhecimento e tecnologia às referidas opções que têm ganho crescente expressão no mercado internacional.

Regressando à produção científica, a sua projeção internacional foi já objeto de anterior comentário, sublinhando-se então as suas fragilidades. A transformação da I&D como fator de

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

inovação depende seguramente de maior investimento, mas também decisiva e primordialmente da criação de dimensão e de escala (criação conjunta de conhecimento, aumento do número de investigadores, ampliação de mercados, etc.) e no fomento da incorporação de novos procedimentos associados às diversas matizes da inovação. A pequena dimensão do coletivo de I&D do Alentejo (instituições públicas e privadas) deverá obrigar a um esforço no sentido da integração das equipas em redes externas (nacionais e internacionais), de forma a beneficiar de um amplo ambiente de reflexão, de investigação e de criação conjunta. Merece referência a atividade de vários Centros de Investigação da Universidade de Évora, designadamente dos que se constituem como polos de Unidades criadas e desenvolvidas noutras regiões, integradas em Universidade de maior dimensão e localizadas noutras regiões. É através desta modalidade de atuação que se poderá ganhar maior dimensão, criando escala e densidade científica. E afirmando-se como um fator que, por si próprio, induz inovação. O exemplo de muitas empresas, seguindo o caminho da internacionalização, é de sublinhar, não só explorando novos mercados como também instalando unidades de produção noutras paragens (olivicultura, por exemplo).

Liderança

Finalmente, a liderança. Esta é uma característica distintiva dos sistemas que conseguem ter rapidamente sucesso face aos que se envolvem em divagações estratégicas, conflitos territoriais, competições internas sem justificação, multiplicação de estruturas com objetivos semelhantes ou subtração indefensável de ativos. A liderança confere clareza às opções e permite orientar as ações segundo percursos coerentes.

No quadro institucional que afeta as regiões portuguesas, esta característica não é fácil de assumir e de garantir. A fragilidade das opções existentes que condicionam as Comunidades Intermunicipais (partilha de responsabilidades) ou as CCDR (baseadas em duplas legitimidades) pode ser compensada com a contribuição e intervenção de grupos de “bons cidadãos” ou de estruturas coletivas reunindo peritos nacionais e internacionais, sempre com funções consultivas. No futuro soluções com estes contornos podem ser criadas para intervir na avaliação dos projetos, emitindo pareceres e sugestões, validando o alinhamento das propostas com a Estratégia Regional Alentejo 2030, consolidando capacidades regionais e libertando a intervenção de organismos nacionais que, em muitos casos, se revela complexa e morosa.

2. Balanço da EREI 2020

O Alentejo traduz uma situação particular: região portuguesa NUTS II com maior extensão territorial, com menor densidade populacional e com indicadores que têm apontado, nos últimos anos para uma convergência lenta com as outras regiões portuguesas (e com a UE) nos domínios do investimento em I&D, na captação de fundos do Programa Horizonte 2020, na qualificação da população residente e na coerência estratégica das dinâmicas das diversas comunidades intermunicipais (NUTS III) que compõem a região.

No período de programação 2014-2020 foram definidos os Domínios de Especialização inseridos na Estratégia Regional de Especialização Inteligente, centrados em cinco áreas:

Plano de Ação Conhecimento e Inovação - Relatório Final -

- *Domínios consolidados:* Alimentação e Floresta; Património, Indústrias Culturais e Criativas e Serviços de Turismo; e Economia dos Recursos Minerais, Naturais e Ambientais;
- *Domínios emergentes:* Tecnologias Críticas, Energia e Mobilidade; e Tecnologias e Serviços Especializados da Economia Social.

A definição destes Domínios de Especialização revelou-se importante pois permitiu balizar e incentivar a maior parte dos investimentos ao longo do período de programação 2014-2020. Contudo, deverá reconhecer-se que são Domínios com uma enorme amplitude e que, por isso, acolheram uma diversidade de propostas, com uma importância e impactos muito variados e desiguais.

Ainda que tenham sido identificados alguns objetivos estruturais relacionados com o melhor desempenho do Sistema Regional de Inovação, com a exploração de áreas emergentes, com o fomento das interações entre os agentes e os setores, sempre tendo presente a construção coletiva de vantagens competitivas, nem sempre esses objetivos foram conseguidos.

O número de projetos e o pacote financeiro que está associado aos mesmos, permite revelar uma taxa de execução financeira satisfatória, atribuindo esse mérito à conjugação de esforços da CCDR Alentejo e dos diversos beneficiários.

Mas poder-se-ia questionar quais os resultados atingidos em termos da dinamização da EREI, da criação de valor regional com reflexos na balança comercial, da atração de atividades e de recursos humanos qualificados, da constituição de consórcios e parcerias de inovação, da reformulação e/ou modernização da infraestrutura produtiva ou do estabelecimento de canais sólidos para a absorção de conhecimento transferido de instituições de I&D para o meio empresarial.

Resultados que deveriam poder traduzir-se em indicadores de impacto e de resultado, permitindo com segurança catapultar as energias regionais para uma nova estratégia, porventura enraizada de forma mais sólida nas dinâmicas da região. Resultados que poderão emergir na Avaliação Intercalar do Programa Alentejo 2020, com informação cabal do conjunto das intervenções financiadas.

A distribuição geográfica do investimento realizado foi inevitavelmente desigual, o que não suscitaria grande questão perante também o nível de desenvolvimento desigual característico das diversas áreas territoriais do Alentejo. Esse desequilíbrio, porém, terá sido excessivo, com concentração de 75% dos projetos aprovados em apenas 5% dos Municípios, o que aconselha a criar, no futuro, um mecanismo que permita melhorar a qualidade dos projetos com incidência nos territórios afastados das áreas centrais e, por essa via, encontrar um outro equilíbrio na afetação dos fundos que alargue a base territorial da especialização produtiva inteligente.

Para além dos comentários observados, este balanço sucinto da implementação da EREI 2020 permite, contudo, contextualizar um conjunto de tendências qualitativas que podem apontar para linhas de aprofundamento futuro, eventualmente no âmbito da futura avaliação anteriormente referida. Assim, poder-se-ão identificar desde já as seguintes tendências:

- (i) incremento de atividades colaborativas na região, orientadas para a promoção do empreendedorismo, e para a disseminação do conhecimento e inovação, através da multiplicação de parcerias e de projetos conjuntos. Esta tendência permitiu e estimulou a utilização dos mecanismos de financiamento orientados para novas entidades beneficiárias, para além da Universidade de Évora, dos Institutos Politécnicos e dos

Plano de Ação Conhecimento e Inovação
- Relatório Final -

- principais centros de investigação, evolução detetável nas candidaturas desenvolvidas no âmbito da Prioridade de investimento “SIAC Transferência”;
- (ii) presença de atividades emergentes na Região (Aeronáutica, TICE e Sistemas de Informação), com relevância própria e com um enorme potencial para acrescentar valor à estrutura produtiva regional (baseada, sobretudo, na agricultura e no agroalimentar) criando condições para um incremento na procura de atividades e serviços de inovação, indispensável para robustecer as cadeias de valor; e
 - (iii) maturação assumida, mas ainda lenta, na capacitação e reforço da dimensão estratégica das atuações das entidades do SRI, na intensidade das práticas colaborativas, na dinamização de espaços de descoberta empreendedora e na afirmação da variedade relacionada entre domínios prioritários, objetivos que carecem de uma maior institucionalização de instrumentos destinados a dinamizar e a consolidar estas dinâmicas (monitorização permanente, plataformas setoriais, funcionamento regular do Conselho Regional de Inovação, ...).

Estas considerações devem ser acompanhadas também por uma análise mais aprofundada do esforço que foi realizado na *preparação e qualificação dos recursos humanos*, vertente que ficou muito aquém dos objetivos e que, por esse motivo, não aproveitaram plenamente o investimento em infraestruturas de investigação e de inovação, que atingiu valores muito elevados, mas revelando pouco dinamismo na execução de projetos conjuntos. Contudo, sendo um ativo a ser considerado para o novo ciclo 2021-2027, vale a pena sublinhar que o investimento relacionado com a formação avançada foi marginal e que as medidas relacionadas com a promoção do emprego não tiveram a execução que se esperaria em face das carências que a região tem revelado.

A avaliação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente contribuiu para que, em vista do período de programação 2021-2027, fossem equacionados novos Domínios de Especialização que, no futuro, se poderão ajustar melhor à fase de desenvolvimento, entretanto, atingida, projetando uma década de renovação da estratégia de inovação regional.